


Educação nas Zonas Libertadas: Impactos e Consistências para Independência da Guiné-Bissau entre 1965 e 1973

Education in the Liberated Zones: Impacts and Consistencies for the Independence of Guinea-Bissau between 1965 and 1973

Sabino Tobana Intanquê (<https://orcid.org/0000-0002-3888-015X>) 

<http://lattes.cnpq.br/0617565506320365>

Doutorando em Educação (PPGE/UFPel), Mestre em Educação pela PUC-RS, Licenciado em Sociologia (UNILAB), Brasil.

E-mail: sabinosabinotobana@gmail.com

Resumo: O propósito deste estudo, é ilustrar como a educação nas zonas libertadas durante a luta para independência da Guiné-Bissau, sistema educacional pensado em um curto espaço de tempo, possibilitou a alfabetização de um número maior da população mais do que sistema da educação colonial que perdurava de modo seletivo durante décadas, enraizando à pobreza, o analfabetismo, a divisão de classe assim como o empobrecimento do país e da exploração da mão-de-obra. Para a realização desta pesquisa, foi utilizada a pesquisa bibliográfica. Sendo um trabalho do campo educacional, o levantamento de bibliografias é um fator fundamental no que refere ao embasamento teórico e conceitual, permitindo a compreensão do fenômeno da pesquisa. Conclui-se que, a educação nas zonas libertadas, possibilitou a população a tomar a consciência e aderirem a luta armada que culminou com a independência do país.

Palavras-chave: Educação; Zonas libertadas; Independência; Guiné-Bissau.

Abstract: The purpose of this study is to illustrate how education within the liberated zones during the struggle for the independence of Guinea-Bissau – an educational system devised within a short timeframe – enabled the literacy of a larger segment of the population than the colonial education system, which had persisted selectively for decades, entrenching poverty, illiteracy, and class division, as well as the impoverishment of the nation and the exploitation of labor. A bibliographic research methodology was employed for the conduct of this study. As a work within the educational field, bibliographic surveys constitute a fundamental factor regarding theoretical and conceptual grounding, enabling the comprehension of the research phenomenon. It is concluded that education in the liberated zones empowered the population to gain consciousness and join the armed struggle that culminated in the country's independence.

Keywords: Education; Liberated Zones; Independence; Guinea-Bissau.

Introdução

Antes de adentrar na discussão da temática apresento uma breve contextualização sobre a história e a geografia do referido país. De acordo com Mamadú Djaló (2009), a Guiné-Bissau é um país com 36.125 km², situado na costa ocidental do Continente africano, entre o território do Senegal (que lhe serve de fronteira ao norte), a República da Guiné-Conacri (delimitando leste e sul) e o Oceano Atlântico (a oeste). A conquista da sua independência é bastante recente, após séculos da ocupação portuguesa.

Lourenço Ocuni Cá (2015) salientou que, na tentativa de “descobrir o Novo Mundo” a Guiné-Bissau foi “descoberta” em 1446 por Nuno Tristão. No entanto, mesmo após dois séculos não havia praticamente sinal algum da atividade educacional dos portugueses. De acordo com o autor, a presença europeia resultou na criação de um sistema de educação que derivava de certos fins, uma educação com finalidade reforçar e dar continuidade à dominação, e estes são apenas alguns dos verbos que rimam com os principais objetivos do regime colonial no que diz respeito à educação, ou seja, os colonizadores não tinham interesse de instruir ou educar essa população, mas sim, extrair da sociedade uma minoria de homens letrados, indispensáveis para o funcionamento do sistema colonial.

O Relatório da Situação do Sistema Educativo, “Margens de manobra para o desenvolvimento do sistema educativo numa perspectiva de universalização do Ensino Básico e de redução da pobreza” (2013), apresenta o recenseamento geral da população e da habitação em Guiné-Bissau, a população é estimada em 1.520.830 habitantes, dos quais 60% vivem no meio rural. O país está dividido em nove regiões administrativas: Capital Bissau, e as regiões de Oio, Bafatá, Cacheu, Gabu, Biombo, Quinara, Tombali e Bolama.

O referido relatório ilustra a riqueza da diversidade étnica, cultural e linguística do país. Existem dentre 10 a 30 grupos étnicos, os mais numerosos podem ser considerados forma: os Fulas 24% localizados maioritariamente no Leste, Balantas 23% que maioritariamente vivem no Sul, Mandingas 14% concentrados no Norte, Manjacos 12% no Norte e Pepeis 9% que vivem maioritariamente na região de Biombo.

A pesquisa bibliográfica possibilitou a construção deste artigo, sendo um trabalho do campo educacional, o levantamento de bibliografias é um fator fundamental no que refere

ao embasamento teórico e conceitual. Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. De igual forma, para Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de materiais já publicados, permitindo o acesso direto do pesquisado com “todo” material já escrito relacionado ao assunto da pesquisa.

Contexto Sócio-histórico e Educacional da Guiné-Bissau

Nesta subseção, apresento a contextualização da implementação do sistema educacional na Guiné-Bissau no período antes da colonização e na era colonial. Antes da chegada dos colonizadores portugueses no país, não existiam instituições educacionais formais, a oralidade representava o processo de ensino e aprendizagem. Por isso, Duarte (2012), salienta de que, nas sociedades tradicionais africanas as narrativas orais configuram nos principais pilares onde se apoiam os valores morais, as crenças transmitidas pela tradição, saliento ainda que a tradição oral era um marco educacional importante na Guiné-Bissau.

Ou seja, o respeito à ancestralidade e aos anciões era fundamental para transmissão dos conhecimentos. Por isso, para Ampâté Bâ (2010) “quando morre um velho africano, é como se queimasse uma biblioteca”. Ou melhor, levando em conta esse argumento, se percebe que os anciões tinham a mesma importância que as bibliotecas modernas têm na modernidade.

No que refere a educação colonial na Guiné-Bissau, entre 1470 e 1970, com instalação oficial dos colonizadores portugueses na Província da Guiné, como era chamada, colonizadores portugueses decidiram de fato, implementar de forma mais rápida e eficaz, a dominação daqueles povos através da educação.

Como ressaltou Cá (2000), que a finalidade da referida educação era de manter, reforçar e dar continuidade à dominação, e estes são apenas alguns dos verbos que rimam com os principais objetivos da educação do regime colonial. De igual forma, Furtado (2005) nos mostra que, nos anos cinquenta, só se verificava 7,3% dos alunos com a cesso a instrução primária elementar.

Educação nas Zonas Libertadas durante a Luta da Libertação da Guiné-Bissau entre 1965 e 1973

Nesse subcapítulo, o propósito é ilustrar como um possível sistema de educação, que foi pensado em um curto espaço de tempo, possibilitou a alfabetização de um número maior da população nas zonas libertadas mais do que sistema da educação colonial. Como salientou (Silva, 1997, p. 48 apud Cassama, 2014, p. 73), a luta armada de libertação nacional começou no dia 23 de janeiro de 1963 com o ataque realizado pelos combatentes do PAIGC ao quartel de Tite, Sul do país, na margem sul do rio Geba, onde sediava o comando de um batalhão português.

De modo que a guerra estava se alastrando para todas as regiões do país, mesmo com tantas dificuldades e faltas de materiais para dar seguimento da luta armada, o Partido Para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) conseguia aos poucos libertar algumas zonas que eram ocupadas pelo exército português. Segundo Cabral (1983), o analfabetismo na altura, atingiu mais de 99% da população das zonas rurais, por isso, PAIGC através da sua direção e de promessas feitas no Congresso de Cassacá, decidiu-se dar os primeiros passos para criação das escolas denominadas na altura de Escolas-Piloto, escolas que permitiam os filhos de camponeses a terem acesso à educação formal. Percebe-se que a referida reconstrução nacional através da educação e não só, partiu-se da ideia de proporcionar acesso à educação mesmo com dificuldades e precariedades que se encontrava o país, para possibilitar adolescentes e jovens a engajarem na luta para independência, assim como no entendimento da importância e valorização das suas culturas e suas identidades como um povo. Por isso, Amílcar Cabral defendeu que é de suma importância a recuperação das tradições desses povos através da educação, recuperar a tradição ancestral, aproveitar o “lado bom” de culturas de outros povos de mundo, principalmente no que refere a inovação, para pôr fim a ignorância e abandono da “superstição” (*Idem*).

Essa tentativa de mudar paradigma no sistema educacional no momento, teve grande impacto no que refere a manutenção no analfabetismo e da dominação do poder e de saber, nesta ótica, as escolas das zonas livres da ocupação e administração colonial, tiveram grande importância na redução da taxa de analfabetismo e de aumento de número de crianças e adolescentes nas redes escolares. Segundo Cá (2000) com base nos dados do documento do Comissariado de Estado da Educação Nacional e Cultura da Guiné-

Bissau, entre os anos de 1965 e 1973 com a tomada da independência, havia 91.925 estudantes matriculados, 1.204 escolas e 1.695 docentes. Desde então, pode ser verificada o início de um avanço no processo de ensino e aprendizagem que possibilitou o a formação escolar de jovens e adolescentes dentro e fora da Guiné-Bissau, homens e mulheres que ao longo dos anos se tornaram os dirigentes do país, dando início a formação de um Estado “novo”, “livre” da colonização de forma direta com a proclamação unilateral da independência no dia 24 de setembro de 1973, que foi reconhecida por Portugal no dia 10 de setembro de 1974. Muito embora, o país ainda sofra as consequências da colonização portuguesa principalmente na área da educação, o que considero da colonialidade do saber, uma discussão que pretendo abordar numa outra oportunidade.

Considerações Finais

Finalizando minhas reflexões, compreendo a finalidade dos modelos educacionais apresentados neste artigo, por isso, saliento que, a educação antes da colonização portuguesa, serviu e ainda serve de um modelo educacional partindo da oralidade e da preservação das culturas do povo da Guiné-Bissau. Culturas que a educação colonial tentou silenciar e aniquilar, mas, o que não foi o caso, ressurgiram no processo da independência através da educação nas zonas libertadas, um processo que ainda precisa ser aprimorado, para findar com a colonialidade no sistema de ensino e aprendizagem, incluir de forma massiva, os conteúdos que refletem a realidade histórica, cultural e linguística do nosso povo, por meio da decolonialidade.

Referências

Bâ, Amadou Hampâté. A tradição viva. In: Zerbo, Joseph Ki (Org.). **História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190249.locale=en>. Acesso em: 11 abr. 2025.

Cá, Lourenço Ocuni. A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973). **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, SP, 2(1), 51–69, 2009. DOI: 10.20396/etd.v2i1.561. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/561>. Acesso em: 11 abr. 2025.

Cá, Lourenço Ocuni; Cá, Cristina Mandu Ocuni. Políticas públicas em educação: um apanhado histórico. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 17, n. 1, pp. 88-106, 2015. DOI: 10.20396/etd.v17i1.8634820. Acesso em: 11 abr. 2025.

Cabral, Luís. **Crônica da Libertação**. Edições “O Jornal”; Lisboa, 1983.

Cassama, Daniel Júlio Lopes Soares. **Amílcar Cabral e a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde**. Dissertação de mestrado, 95 f. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras. 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/5aa63601-7780-48d2-b02b-87662f03fda6/content#:~:text=Em%201956%2C%20Amílcar%20Lopes%20Cabral,movimento%20nacionalista%20nas%20colônias%20portuguesas>. Acesso em: 11 abr. 2025.

Djaló, Mamadú. Processo de ocupação da Guiné-Bissau: um olhar sociológico pela dominação. **Revista Mosaico Social**. Ano 3, n. 3. Dez., 2006. Disponível em: <http://cienciassociais.paginas.ufsc.br/files/2015/03/Artigo-201.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025.

Duarte, Zuleide. A Tradição Oral na África: Estudos de Sociologia. **Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**. v. 15, n. 2, pp. 181-189, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235328>. Acesso em: 11 abr. 2025.

Furtado, Alexandre Brito Ribeiro. **Administração e Gestão da Educação na Guiné Bissau: Incoerências e Descontinuidades**. Universidade de Aveiro, Departamento de Ciências de Educação, Porto, 2005.

Gil, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

Prodanov, Cleber Cristiano; Freitas, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**, 2.ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

República da Guiné-Bissau. **Relatório da Situação do Sistema Educativo. Margens de manobra para o desenvolvimento do sistema educativo numa perspectiva de universalização do Ensino Básico e de redução da pobreza**. Ministério da Educação Nacional, da Cultura, da Juventude e dos Desportos. UNESCO/Dakar. 2013. Disponível



em: https://inee.org/sites/default/files/resources/Res_ens_Guinée_Bissau_portugais-FINAL.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.